

A ideologia da globalização: uma análise de seus exageros

De Leon Petta Gomes da Costa¹

Resumo

Diversos autores citam o processo de Globalização dos anos 80 e 90 como sendo início de uma Era histórica, que levaria o Estado-Nação a sucumbir diante da poderosa e inevitável nova força da Globalização. Porém, quando tal processo é posto em comparação, esse argumento se esvazia tanto em perspectiva histórica como análise realista atual, colocando a Globalização como sendo um fenômeno do século XIX. E mesmo a privatização da Guerra (que seria o último golpe da Globalização) na verdade trataria de ser uma adaptação militar do próprio Estado-Nação.

Palavras-Chave: Globalização; Companhias Militares Privadas; Internacionalização.

Abstract

Several authors have reported the process of globalization of the 80s and 90s as the beginning of a historical Era, that would take the nation-state to succumb to this inevitable and powerful new force of globalization. However, when such process is put in comparison, this argument empties both in historical perspective as realistic current analysis, putting Globalization as a phenomenon of the nineteenth century. And even what would be the privatization of war (that would be the last blow of Globalization) actually is a military adaptation of the Nation-State.

Keywords: Globalization; Military Private Companies; Internationalization.

A proposta da Globalização como Novidade

A ideologia, da “Globalização”, deve grande parte de seu sucesso de divulgação de uma série de inovações tecnológicas associadas com um contexto político e econômico, tais como a diminuição dos custos de transporte, à desregulamentação de diversos mercados, as tentativas de remoção de controles e barreiras, além da internacionalização dos processos de produção nos mais diversos setores. Isso fez com que, nestas últimas décadas, o

¹ Doutorando em Geografia Humana e Docente da Faculdades de Guarulhos. de.leon.petta@usp.br

Agradecimentos a Fapesp pelo suporte na pesquisa desenvolvida. Processo 2013/20955-5.

comércio internacional aumentasse mais do que a própria produção mundial, e isso, sem falar da expansão dos fluxos financeiros, de caráter volátil (BATISTA JR, 1998, p. 125). Porém, nada representaria melhor esse “novo mundo”, do que a Internet. Sendo ela uma peça tecnológica fundamental na mudança da forma de como o mundo iria passar a trabalhar, levando o conceito de “distância” à morte em um mundo sem fronteiras, onde velhas convenções sobre interesses econômicos nacionais ou o papel do governo seria algo ultrapassado ou inválido. De forma que ou os governos deveriam se adaptar rapidamente, ou iriam inevitavelmente encontrar seu fim (CHANG, 2011, p. 31). Além disso, este novo mundo seria o cenário de empresas transnacionais, que teriam ido além da capacidade de regulamentação do Estado nacional, mesmo que eventualmente seu “Quartel-General” viesse a estar em determinado país, sua produção e desenvolvimento estariam em outros países. Sendo este o início de uma Era onde o Estado iria ficar amarrado aos interesses dessas Mega-Corporações, uma vez que políticas pró-nacionalistas ou protecionistas afugentariam os investidores internacionais e por consequência o capital financeiro, que não teria por sua vez, nacionalidade em si (IDEM, p. 74).

O discurso sobre a “desterritorialização” geral do planeta afinado com as marcas de uma pós-modernidade (apesar de não ser sequer um discurso novo, sendo apenas mais intenso) partia do princípio, de que a aceleração dos movimentos significaria por consequência um sinal de desterritorialização, sobretudo, ao se associar o ciberespaço, ligado também a esse conceito da mobilidade. Além disso, este discurso apresentava um crescente aumento da mobilidade de pessoas (sejam “novos nômades”, turistas, imigrantes e etc.) que representariam então a tal “desterritorialidade” e a insuficiência do Estado nacional na gestão sobre suas fronteiras. Alguns mais extremados citavam como o espaço e a territorialidade seriam empecilhos ao desenvolvimento humano, tanto no sentido de se considerar tais aspectos como “pesos”, ou como objetivos a serem futuramente suprimidos (HAESBAERT, 2004, p. 236).

Ao se utilizar a abordagem de David Priestland, para analisar a história por um viés de divisão de castas, poderíamos perceber que os motores por trás desta tentativa de desenhar um novo cenário mundial se deviam, principalmente, ao sucesso que a “casta dos comerciantes” havia atingido na política de diversos países no final dos anos de 1970, mudando o arranjo sócio-político-econômico estabelecido em Bretton Woods, onde as castas do “guerreiro” e do “sábio-tecnocrata” haviam formado então uma aliança para

regular a economia mundial e diminuir a influência da casta do comerciante. Porém, a discreta escalada deste grupo se deu logo em seguida ao próprio acordo de Bretton Woods, ainda nos próprios anos 40, quando o rigoroso controle dos fluxos financeiros internacionais, estabelecido por Keynes, foram gradualmente sendo relaxados nos anos posteriores até que em 1957, os Estados Unidos e a Inglaterra cederam espaço para a expansão do mercado monetário não regulamentado dos “eurodólares” (dólares americanos guardados em bancos em europeus) que iria permitir aos banqueiros a recuperação de parte do poder que vislumbravam na década de 1920, antes da crise de 1929, através da especulação de moedas (PRIESTLAND, 2012, P. 155).

No Chile com Pinochet, na Inglaterra com Margareth Thatcher e nos Estados Unidos com Ronald Reagan, os bancos e o comércio foram libertados da regulamentação estatal, aumentando juros para acabar com a inflação, lutando pela redução de gastos públicos e pregando onde se podia o mantra da privatização. Este contexto era o anúncio de uma nova aliança do “guerreiro”, agora com o “comerciante” e fundando o que seria a Era do Neoliberalismo, onde os Estados Unidos iriam liderar a expansão das virtudes do capitalismo neoliberal mundo afora. Nesta nova configuração de poder, que visava manter a proeminência estadunidense através do sistema bancário internacional, os fluxos de capital fluíam diretamente dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (incluindo países do antigo bloco soviético) para os caixas de grandes banqueiros internacionais (IDEM, p. 190) baseados no Atlântico Norte.

Outra tentativa de avanço do mercador-financista mundial teria até mesmo atingido aquele que seria o mais Estatal dos setores do Estado, as Forças Armadas, com a utilização cada vez mais extensa de Companhias Militares Privadas (PMCs), numa tentativa do que seria a privatização da guerra. Mesmo que ainda, a utilização de soldados de aluguel não seja nem longe um fenômeno recente, ele tem sido cada vez mais difundido. Para se ter uma ideia da magnitude alcançada na privatização das forças armadas estadunidenses, basta olhar para os números na primeira guerra do Golfo, onde a proporção de soldados “privados” era de um para cada 100 militares regulares das forças

armadas, ao passo que na segunda guerra do Golfo², a proporção já havia subido de um soldado privado para 10 militares regulares. Representando um aumento 10 vezes maior em pouco mais de uma década. Este avanço do poder financeiro sobre o núcleo das Forças Armadas, apesar de mais evidente no Iraque em função dos eventos que se seguiram após a deposição de Saddam Hussein, também se seguiu em diversas outras regiões do mundo. No Kosovo, o Campo Bondsteel, a maior base do exército dos Estados Unidos após a guerra do Vietnam foi construído e é ainda mantido por uma PMC; o mesmo em Tuzla, no norte da Bósnia no Quartel das Forças de Paz; na Colômbia, empresas militares privadas destroem as plantações de coca; e em Kabul, no Afeganistão, fornecem a proteção presidencial (TRAYNOR, 2003).

Esse discurso tentando colar uma imagem de crise agonizante ao Estado-Nação em um mundo cada vez mais sem fronteiras, atinge em cheio os debates de Segurança e Defesa, colocando o Crime Organizado internacional e o Terrorismo (neste caso tendo seu auge nos ataques de 11 de Setembro) como aquelas ameaças que iriam futuramente serem os palcos das guerras nos futuros. Moisés Naim (2006), apesar de fazer ressalvas quanto a o fato da morte do Estado-Nação ter sido prematuramente decretada, ainda insiste que o mundo contemporâneo teria esvaziado a capacidade de soberania dos Estados. Já para Luigi Bonanate (2001, p.11), os ataques em Nova York e Washington não seriam possíveis senão pelo peculiar momento histórico e tecnológico que os envolveu. Assim, tal como o Crime Organizado internacional, o terrorismo por ser uma ameaça transnacional, que não respeita fronteiras em um mundo globalizado, teria a sua atuação também amplificada, ressaltando que o terrorismo em si seria na verdade não um adversário da globalização, mas sim um de seus frutos. Ou seja, o Terrorismo então seguiria o desenrolar dos acontecimentos explorando as circunstâncias da melhor forma possível. Percebe-se assim que são criados cenários em que tanto o Terrorismo Global como o Crime Organizado Transnacional são colocados como as verdadeiras grandes ameaças do século XXI.

Essa tese, de predominância dos conflitos entre forças assimétricas, isto é, forças regulares contra forças irregulares (Crime Organizado e Terrorismo) é reforçada por Alessandro Visacro (2009, p. 369), Oficial do Exército Brasileiro, que delimita isto como sendo a diferença entre os conflitos da Era Industrial para a Era da Informação. Uma vez que agora as características dos conflitos seriam atuais e futuros seriam em sua maioria

² Guerra do Iraque em 2003.

contra forças não estatais e com o fim do monopólio estatal da força, não sendo mais aspectos relacionados a identidades nacionais que desempenhariam caráter fundamental nos conflitos, mas sim confrontos de identidade (culturais, econômicos. etc.). Esses atores irregulares ainda iriam utilizar dos meios da Era da Informação para utilizar as comunicações em nível global, havendo a perda absoluta, por parte do Estado-Nação, do controle sobre os meios de comunicação de massa, devido, ao acesso generalizado e total da população a informação digital, de forma que o Estado pouco poderia fazer para moldar a opinião pública. Moisés Naím (2006, p. 14) complementa o drama dizendo “*as fronteiras... enfraquecem os Estados-Nação ao limitar sua capacidade de reprimir as investidas das redes globais que agridem suas economias, corrompem seus políticos e minam suas instituições*”.

Em alguns aspectos ela (a globalização) é elevada de tal forma que chega se assemelhar com uma religião. Sendo apontado o fim do Estado como principal estrutura de organização de poder com a sua substituição sendo concretizada por um sistema composto por esferas de direito privado. Essa nova globalização chegou a ser apresentada como um objetivo a ser atingido, como sendo o fim inevitável das poderosas forças do mercado, forças essas que seriam necessárias e até mesmo benéficas (BACKER, 2005). Assim, nota-se que os mais diversos pesquisadores e acadêmicos alertavam para a morte do Estado nacional nas mais variadas frentes. Guerra, economia, imigração, política ou praticamente qualquer coisa. A Globalização então seria uma espécie de coveiro da soberania dos Estados nacionais, jogando cada vez mais terra sobre sua tumba. Porém, para importância da Tese em questão, onde o Estado teria sim alguma forma de controle sobre tais organismos ilícitos e transnacionais, é importante abrir uma discussão apontando onde houve mitos e exageros no discurso estadofóbico da Globalização.

Globalização em Perspectiva Comparada

Primeiramente, a percepção de considerar as atuais décadas como sendo uma época de globalização revolucionária se dá de forma errônea ao se comparar com o processo da verdadeira globalização ocorrida no século XIX, período este em que as transformações e inovações se dão em imensa velocidade, em curto espaço de tempo e de forma mais radical. Graças a linhas férreas e sua surpreendente expansão a mobilidade física atingiria níveis sem precedentes históricos, de forma que se em 1850

havia cerca de 24 mil milhas de ferrovias no mundo, em 1880 este número já tinha atingido 230 mil milhas, se em 1850 uma viagem da Europa para a Ásia levava um tempo enorme para se completar, em 1880 graças à abertura do Canal de Suez esse tempo seria reduzido de forma gritante. Em um intervalo de apenas meio século, as mais remotas e distantes partes do mundo finalmente ficaram interligadas com o restante do planeta pelos mais diversos meios de comunicação. Ou seja, a história de Júlio Verne, “*A Volta ao Mundo em 80 dias*”, em 1873 não poderia se passar em 1845 (HOBBSAWN, 2002, p.85). A regularidade dos meios de transportes, a sua capacidade de transportar vastas quantidades de mercadorias e inúmeras de pessoas em grande velocidade através de estradas de ferro, barcos a vapor ou através de telecomunicações com o telégrafo são invenções que não apenas caracterizaram mudanças técnicas, mas que traziam consigo um processo de mudanças radicais tão violentas e em tão pouco tempo, que não haveria como compará-las em escala com nada que havia acontecido até então (e nem se repetiria na mesma proporção no futuro).

Essas diversas tecnologias e descobrimentos faziam com que o Século XIX transformasse a percepção da realidade do ser humano de tal forma que o mundo vivido por uma pessoa de 1899 seria inimaginável por uma pessoa vivendo em 1800, mas uma pessoa que vivesse em 1900 poderia conseguir imaginar o século seguinte. Até mesmo conceitos absurdamente futuristas conseguiram ser imaginados no século XIX, como as viagens espaciais de Júlio Verne em “*Da Terra à Lua*” de 1865, ou armas Laser e vida fora da Terra, com H. G. Wells em 1898, na obra de “*A Guerra dos Mundos*”. Estas visões inovadoras seriam frutos dos processos de rápida transformação e de Globalização que aquele século vislumbrou, mudanças estas que quando colocadas em comparação com os discursos recentes evidenciam os exageros que tem sido tomados.

Um dos aspectos mais exageradamente apontados é a respeito da suposta livre migração mundial ou no fluxo humano sem precedentes que a Globalização teria proporcionado nos últimos anos. De acordo com as Nações Unidas, em 2013, 232 milhões de pessoas seriam (ou 3,2% da população mundial) de imigrantes³, números estes que dariam respaldo a tal argumento (UNITED NATIONS, 2013). Porém, ao analisar de forma qualitativa com o século XIX, um período de real Globalização, vemos que não estamos falando de algo realmente sem precedentes e menos ainda, de algo tão

³ Neste número estão incluídos todos os que não estão nos seus países de origem. Ou seja, estão incluídos imigrantes tanto legais como ilegais, refugiados e etc.

impactante parece ser. Nos Estados Unidos, por exemplo, antes de 1845 a média anual de imigrantes era de 100 mil pessoas, havendo em seguida explosão de imigração que fez com que somente da Europa para os Estados Unidos esse número fosse de 250 mil anuais entre 1846 e 1850, e nos 5 anos seguintes 350 mil anualmente (apenas no ano de 1854, foram 428 mil pessoas). Se levamos em conta que a população estadunidense em 1840 era de aproximadamente 17 milhões de pessoas, um acréscimo de 100 mil pessoas anuais para 250 mil, representaria um pulo de pouco menos de 0,58% para 1,4% e posteriormente 2%, chegando em apenas 20 anos a mais de 31 milhões de pessoas. E se tal montante já seria imenso, os anos seguintes seriam ainda maiores, com a década de 1880 tendo uma média anual de 800 mil e nos anos de 1900, 1,4 milhões por ano (sendo tais porcentagens apenas relativa a imigração de Europeus para os Estados Unidos). Ou seja, em 1910 a população estadunidense já havia crescido para cerca de 76 milhões em um intervalo de apenas 70 anos. Um caso bastante chocante que ilustra tal explosão de imigrantes se dá na Califórnia, onde em 1849 possuía uma população de 100 mil habitantes e já em 1852 possuía 500 mil pessoas (HOBBSAWM, 2002, p.203) (United States Census Bureau, 2002).

É claro que estamos lidando com apenas um caso, o dos Estados Unidos, porém, cabe ressaltar que se trata do país que mais recebe imigrantes nos dias de hoje e que mesmo assim não consegue mais reproduzir tais contrastes imigratórios quando comparado com o Século XIX. Além disso, outros países também podem ser citados como exemplos gritantes de migração no século XIX e início do XX. No Brasil, o primeiro censo demográfico feito em 1872, apontava uma população de 9,9 milhões de pessoas, sendo 2,5% (250 mil) de imigrantes europeus, atualmente essa proporção é 1,4%. (1 milhão e 300 mil). Na Argentina em 1857 a população era de 1,3 milhões de pessoas, recebendo nos anos seguintes 800 mil europeus, fazendo com que no ano de 1895, a população já estivesse 4 milhões⁴. Fica claro que ao compararmos os efeitos que a globalização “noventista” possui sobre o fluxo de pessoas seria superestimado quando comparado qualitativamente com os fluxos da globalização que houve na primavera Industrial.

⁴ Dados demográficos obtidos pela “Evolución Demográfica Argentina desde 1810 a 1869”, EUDEBA, Buenos Aires, 1969.

Além disso, alguns dados simplesmente não conseguem bater de forma realista. Por exemplo, a questão acerca do Tráfico de Seres Humanos, modalidade de crime que estaria renascendo em função da Globalização e do enfraquecimento do Estado e das fronteiras. Os dados apontando “de 800 mil a 2 milhões de vítimas por ano”, são um aspecto incansavelmente repetido por diferentes agências, artigos e estudos, tomando veracidade incontestável devido apenas a sua constante repetição e não por dados empíricos que dêem amparo científico e em alguns casos, os números desafiam o bom senso, como um dado elaborado por uma ONG, que determinava que “de 5 a 7 mil mulheres nepalesas eram traficadas para Índia todos os dias”. Ora, bastaria fazer um cálculo simples para imaginar que há alguma espécie de imprecisão nestas estimativas, afinal, com 5 mil (a estimativa mais baixa) mulheres sendo traficadas por dia, em um mês haveria 150 mil e na melhor das hipóteses 1,8 milhão de mulheres traficadas em um único ano. Difícil acreditar em tais números em um país que possui 9 milhões de mulheres entre 15 e 54 anos⁵ (COSTA, 2012, p. 110).

Outro ponto incansavelmente exagerado se dá sobre a gigantesca revolução que a internet teria tido no mundo globalizado e no Estado, porém quando colocado sob perspectiva, essa teoria demonstra sérias falhas. Novamente, ao recorrermos ao Século XIX e compararmos o impacto que o Telegrafo teve em seu início, vemos que seus efeitos foram vastamente maiores e que a internet seria na verdade apenas um processo de continuidade daquele modelo estabelecido. Antes do cabo transatlântico de 1866, uma mensagem, independente de seu tamanho, levaria três semanas para atravessar o Oceano Atlântico por navio e chegar ao seu destinatário e caso fosse um navio a vapor (que eram raros até 1890), não menos que duas semanas, mas com as mensagens telegrafadas, essa mesma ao invés de levar semanas iria ter seu tempo reduzido para poucos minutos. De modo geral, uma mensagem de 300 palavras que levasse 7 minutos ao invés de 2 semanas, representaria uma redução de tempo de 2.500 vezes. A redução de tempo que a internet propiciou em relação aos seus antecessores por sua vez não consegue nem longe se aproximar dessa revolução proporcionada pelo telegrafo. Esse êxtase de ficar maravilhado com novas tecnologias é algo antigo na cultura humana, já em 1944, George Orwell fez uma severa crítica as pessoas que ficavam excitadas demais com o “fim da distância” e a “extinção das fronteiras”, em referência ao avião e ao Rádio (CHANG, 2011, p. 31).

⁵ Demografia do Nepal obtida no site CIA World Factbook, 2014.

E mesmo quando se trata da informação globalizada e generalizada, apenas entre 1% a 2% dos usuários de internet utilizam fontes de informação internacional ou estrangeira e o número de ligações por voz não passam de 2% (GHEMAWAT, 2012). E no episódio mais recente sobre o excessivo exagero do papel da internet sobre o Estado-Nação estão os eventos acerca da dita “Primavera Árabe”. Segundo TarakBarkawi, as Redes Sociais (Twitter, Facebook, etc) foram excessivamente responsabilizadas pelos levantes no Egito e na Líbia. Dando a falsa impressão de que a tecnologia ocidental da Internet teria libertado o povo árabe do jugo maléfico dos ditadores e que abriria para aqueles oprimidos novas mudanças políticas e formas de governo⁶. Este exagero se comprova quando observados os números sobre o uso da Internet no mundo Árabe, onde apenas 15% da população possuíam contas no Facebook e menos ainda possuíam contas no Twitter⁷, instrumentos estes apontados frequentemente por veículos midiáticos como sendo os motores da “Revolução”. E de fato, qualquer análise Realista e Geopolítica da situação, permitiria ver que a derrota de Gaddafi mais teve a ver com os vários e incessantes meses de bombas da OTAN do que com o Facebook. Bem como, seria fantasia achar que os rebeldes na Síria conseguiriam lutar contra o governo de Assad tendo como base o Twitter ou o Youtube e não o apoio gigantesco das elites cataris e sauditas. De modo geral, se recorre frequentemente ao erro de tratar a Internet como sendo o motor de movimentos históricos e políticos ao invés de tratá-la como sendo apenas mais um mero instrumento.

Outro exagero se dá sobre os fluxos e investimentos financeiros internacionais. Ao observarmos o ano de 1995, em pleno auge do discurso globalista, vemos o montante mundial de investimentos diretos estava concentrado em um reduzido número de grandes firmas cujas matrizes estavam sediadas nos países desenvolvidos. Sendo que as 100 maiores empresas internacionais não-financeiras, estavam todas baseadas em países desenvolvidos, reservando para si um terço do investimento direto estrangeiro no mundo. Porém, antes da Primeira Guerra Mundial apesar dos Estados Unidos figurarem como o principal receptor de investimentos estrangeiros, os países em desenvolvimento na América Latina, na Ásia e em outras regiões menos industrializadas da Europa também recebiam fluxos de grande porte. Em 1913, por exemplo, 66,2% dos investimentos diretos estavam na Ásia, na África, na América Latina e na Oceania, ao passo que a Europa

⁶ TarakBarkawi. Ritual in the revolution? In Al Jazeera. Outubro de 2011. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2011/10/2011105124250607722.html>. Acesso em 15 de Setembro de 2014.

⁷ CNBC. Social Media Giants Leap Into Arab World. <http://www.cnbc.com/id/49690234#>.

possuía apenas 17,7% e a América do Norte 16% (BATISTA JR, 1998, p. 152). Em 2012, esta diferença drástica permanecia com os Países Desenvolvidos recebendo 41,5% do IED mundial, ao passo que a Ásia 30%, América Latina 18% e África apenas 3.7%⁸.

Além disso, no caso das grandes empresas internacionais, o “*cérebro*” das empresas nunca realmente se internacionalizou, sendo que as pesquisas de tecnologia de ponta, as estratégias e o comportamento, permanecem arraigadas aos países de origem dessas companhias. E mesmo no caso da produção, as empresas que conseguem realocar sua produção no exterior são exceções e não a regra. No caso das empresas transnacionais estadunidenses, menos de um terço da produção de empresas é feita no exterior. No caso das empresas japonesas, a proporção nem sequer chega aos 10%. E no caso dos países europeus, apesar do índice ter subido recentemente, a maioria da sua produção ainda se dá dentro do território da União Europeia, por isso este processo deve ser entendido mais como uma adaptação de empresas nacionais para uma nova nação chamada Europa do que como um processo de empresas europeias verdadeiramente transnacionais. Ou seja, o fenômeno das companhias genuinamente “transnacionais e globais”, é algo raro (CHANG, 2011, p. 74). E se o capital não é tão globalizado como popularmente é imaginado, ele é ainda mais Estatal do que se gostaria. No caso das empresas de tecnologia do Vale do Silício, que foram ícones da “Era da Informação” e do afastamento do poder do Estado, uma enorme parte dos investimentos nestas empresas vieram do Exército dos Estados Unidos ou pelo sistema de ensino subsidiado pelo Governo (PRIESTLAND, 2014, p. 215). E a tese de um mundo globalizado onde as economias estariam mais interdependentes entre si, também se esvai quando analisamos as recentes crises econômicas, onde as consequências da crise nos Estados Unidos, a maior economia mundial e com mais ligações comerciais mundiais, em 2008 (e posteriormente na Europa) ficaram de certa forma localizadas, pouco atingindo outros países, sobretudo China ou Índia (ALTMAN, 2009).

E mesmo ao tratarmos aspectos sociais, percebemos que o Estado-Nação longe de estar em pleno declínio, em algumas situações ele está até mesmo em expansão. Tendo ele se adaptado para conseguir regular algumas relações na sociedade, seja através da regulação do relacionamento entre homens e mulheres a até mesmo situações que até então eram considerados limitados a dimensão particular do indivíduo, como a

⁸ World Investment Report 2013: Global Value Chains: Investment and Trade for Development. Disponível em: http://unctad.org/en/publicationslibrary/wir2013_en.pdf

questão do aborto, do uso de drogas, do uso do cigarro, união de gêneros e etc. Além de que as questões relacionadas com aspectos militares, infraestrutura de comunicação, regulamentos econômicos e integração social, nunca deixaram de ficar sob sua tutela soberana de forma incondicional ou permanente (MANN, 1993, p.118).

Privatização da Guerra ou adaptação estratégico-militar?

Por fim o avanço final que o “Comerciante” teria feito sobre o Estado-Nação através da privatização da guerra, sendo a supostamente mais audaciosa aquisição dos grupos financeiros, pode ter uma releitura através de um viés diferente, no qual tais Companhias Militares Privadas (PMCs) não seriam um enfraquecimento da capacidade de Defesa do Estado, mas sim um rearranjo do Estado para atuar à margem das leis que eventualmente o teria enfraquecido ou limitado. Em função do custo econômico, do rápido emprego e da visibilidade menor que essas Companhias possuem quando se comparado com as Forças Armadas, a utilização da PMCs foi a forma que alguns Estados (notadamente europeus e estadunidenses) encontraram para conseguir operar em outros países e articular a sua influência sem a pressão pública e internacional que os meios militares convencionais teriam sofrido.

Com as imagens de soldados americanos mutilados e mortos, os protestos da população estadunidense contra a guerra e as denúncias de massacres, a moral das tropas e da política na guerra do Vietnam foi seriamente atingida. E a percepção do país como sendo o centro da civilização e do mundo livre passou a ser questionado em um momento tão delicado (KARNAL; PURDY; FERNANDES; MORAIS, 2007, p. 240). Assim, o conflito no Iraque (e Afeganistão) oferecia novamente o mesmo risco, de uma guerra prolongada sem resultados visíveis e concretos, que empurrariam a população novamente contra o governo e esse risco começou a se materializar a partir dos levantes insurgentes poucos meses após a queda de Saddam Hussein (os primeiros conflitos que os Estados Unidos se envolveram contra forças guerrilheiras desde o Vietnam) (RICKS, 2007, p. 129; 210). Assim, não apenas novos métodos seriam necessários para evitar a mesma tragédia, mas também uma nova estratégia para aquele que seria um “*grande conflito global*” ou uma “*guerra sem fronteiras*” contra o terrorismo internacional, previsto pelo ex-presidente George W. Bush (SCAHILL, 2014, p. 115).

Originalmente, o que tem sido explorado por diversos autores sobre o emprego dessas forças privadas teria como fundamento o fato de que a terceirização da guerra seria mais econômica ao Estado, como por exemplo, o custo diário das operações das Nações Unidas na intervenção em Angola, sendo de um milhão de dólares por dia, ou 365 milhões após 1 ano, sem atingir qualquer resultado relevante. Ao passo que o emprego das forças da Companhia Privada sul-africana, *Executive Outcomes*, foi de 80 milhões de dólares após 2 anos de operação, sendo que em poucos meses o conflito já havia sido resolvido pelas forças militares privada, forçando a UNITA a abrir negociações (SPICER, 1999, p. 23). Porém, tal explicação não encontra amparo na questão iraquiana, onde cada operativo Blackwater custava por dia aproximadamente 1,200 dólares, enquanto que um Sargento convencional custaria entre 50 a 70 mil por ano (SCAHILL, 2007, p. 24), ou seja, o fundamento econômico do emprego de tais forças não encontra consistência.

A antiga Blackwater⁹ (e outras Companhias militares privadas também) possui com o governo dos Estados Unidos contratos bilionários para realizar diversas tarefas, sobretudo, aquelas que colocariam o Exército dos Estados Unidos em situação embaraçosa. Tendo, praticamente cheque em branco para fazer o que quer que seja necessário na proteção de oficiais odiados do governo, mesmo que isso significasse entrar em atrito com as forças e autoridades locais ou abrir fogo apenas com base em suspeita de hostilidade; executar operações de inteligência para as agências de espionagem governamentais (com alguns contratos tão secretos, que mesmo as agências de investigação interna não poderiam ter acesso), com direito a utilizar aeroportos exclusivos da CIA; realizar tarefas de segurança em países cuja relação política seria sensível (geralmente, em países satélites de países rivais); proteger sistemas altamente estratégicos, como o sistema antimísseis no Japão; e ainda, administrar prisões cujo uso poder ser excessivamente polêmico (como Abu Ghraib) ou clandestino (IDEM, p. 16;55;221;240;307;451). Essa adaptação do Estado para operar clandestinamente e discretamente no exterior se dá de forma mais evidente nos Estados Unidos e Inglaterra, porém, mesmo a China e a Rússia têm utilizado desses meios¹⁰¹¹. O uso desses fornecedores privados se dá de forma conveniente, atuando sob a lacuna jurisdicional em

⁹ A Blackwater Security Company fundada em 1997, mudou de nome posteriormente para Blackwater Worldwide, em seguida para Xe Services, e mais recentemente, Academi.

¹⁰ PMC chinesa Shandong Huawei Security Group no Sudão.

¹¹ Slavonic Corps na Guerra Síria.

que existem, não havendo delimitação clara sobre seus direitos, além dos Direitos Humanos universalmente estabelecidos (BYERS, 2007, p. 147)¹².

Considerações Finais

Percebe-se que o discurso da Globalização ao ser confrontada com aspectos históricos evidencia exageros no que se trata ao mundo sem fronteiras, o fim do Estado-Nação ou a interação global. Sobretudo, pela capacidade que o Estado desenvolveu para se adaptar e articular estratégias em um mundo com novas tecnologias, que ao invés de o enfraquecerem, na verdade até ampliaram a sua capacidade de projeção sobre indivíduos e grupos. Ou seja, neste sentido a Globalização se coloca muito mais como uma ideologia do que realmente como um fato concreto e existente, como algo ideal a ser atingido num mundo baseado em redes transnacionais quase que de forma utópica.

Essas forças que originalmente iriam esvaziar a capacidade de poder do Estado acabaram por ser utilizadas justamente por alguns Estados para ampliar o seu poder sobre países politicamente mais frágeis. As Companhias Militares Privadas, por exemplo, acusadas de serem como sanguessugas do monopólio da violência que o Estado possui, na verdade são os meios que alguns países encontraram para operar clandestinamente no exterior em circunstâncias cuja exposição poderia gerar complicações políticas. As forças armadas e/ou serviços de espionagem são relegados para tais companhias militares privadas pelo seu sigilo, pouca atenção geral, confusão jurídica, disposição para driblar as leis internacionais e a pressão pública que, teoricamente, limitariam a capacidade de atuação das forças armadas convencionais do Estado. Sendo a utilização desse mecanismo mais um mecanismo de projeção externa relativamente segura do que propriamente algo que afete a sua soberania e/ou seu monopólio da violência. Esta percepção pode ser reforçada, em contraste com a clássica imagem do mercenário “sem pátria”, pelo fato de que tais empresas atuam em conjunto apenas com os governos de seus países-sede ou de países com governos fantoches que são controlados pelos seus países de origem e não de alguma forma paralela aos seus interesses.

Referências

¹² Apesar da resolução 44/34 de 1989 das Nações Unidas contra o recrutamento e uso de forças mercenárias, apenas 33 países haviam assinado até 2014.

https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=XVIII-6&chapter=18&lang=en

ALTMAN, Roger C. **Globalization in Retreat**. Foreign Affairs. Vol. 88, Iss. 4. New York: Jul/Aug 2009.

BACKER, Larry Catá. **Globalização Econômica e Crise do Estado: Um estudo em Quatro Perspectivas**. Revista Sequência, nº 51, p. 255-276. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15178> Acesso em 1 de Agosto de 2014.

BARKAWI, Tarak. **Ritual in the revolution?** In Al Jazeera. Outubro de 2011. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2011/10/2011105124250607722.html> Acesso em 15 de Setembro de 2014.

BATISTA JR. Paulo Nogueira. **Mitos da “Globalização”**. Estudos Avançados, vol.12, nº 32. São Paulo Jan./Apr. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000100012. Acesso em-4 de Setembro de 2014.

BONANATE, Luigi. **A Guerra**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

BYERS, Michael. **A Lei da Guerra, Direito Internacional e Conflito Armado**. Rio de Janeiro: Ed. Record. 2007.

CHANG, Ha-Joon. **23 Things They Don't Tell You About Capitalism**. Ed. Penguin Bokks, 2011.

COSTA, De Leon Petta Gomes da. **Tráfico de seres humanos como ameaça na política internacional: um caso de desterritorialização?** Dissertação de Mestrado em Geografia Humana-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-13032013-104838> Acesso em 17 de Julho de 2014.

GHEMAWAT, Pankaj. **Not That Flat: PankajGhemawat Challenges Globalization's Adherents**. Setembro de 2012. Disponível em: <http://knowledge.wharton.upenn.edu/article/not-that-flat-pankaj-ghemawat-challenges-globalizations-adherents/> Acesso em: 18 de Agosto de 2014.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização. Do “Fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

MANN, MICHAEL. **Nation-states in Europe and other continents: diversifying, developing, not dying**. In Daedalus Issue: Reconstructing Nations and States. Volume: Vol. 122, Iss. 3. Boston, United States of America, 1993.

NAIM, Moisés. **Ilícito, O ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2006.

PRIESTLAND, David. **Uma Nova História do Poder. Comerciante, Guerreiro, Sábio**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 2014.

RICKS, Thomas E. **Fiasco: The American Military Adventure in Iraq, 2003 to 2005**. Ed. Penguin Books, 2007.

SCAHILL, Jeremy. **Blackwater. The Rise of the World's Most Powerful Mercenary Army**. Nation Books, 2008.

SCAHILL, Jeremy. **Guerras Sujas**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 2014.

SPICER, Tim. **An Unorthodox Soldier**. Ed. Mainstream Publishing Company. 1999.

TRAYNOR, Ian. **The Privatization of War**. The Guardian. December, 2003.

UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs. **International migration and development. Report of the Secretary-General.** July 2013. Disponível em: http://www.un.org/esa/population/migration/ga/SG_Report_A_68_190.pdf Acesso em 20 de Setembro de 2014.

United States Census Bureau. **Historical Census Statistics.** Setembro, 2002. Disponível em: <http://www.census.gov/population/www/documentation/twps0056/twps0056.html#gd> Acesso em 20 de Setembro de 2014.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular. Terrorismo, Guerrilha e Movimentos de Resistência ao longo da História.** São Paulo: Editora Contexto, 2009.

Recebido em Setembro de 2014.

Publicado em Janeiro de 2015.